

POLÍTICAS CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: VISADAS HISTÓRICAS E FUTUROS POSSÍVEIS.¹

Lia Calabre²

RESUMO

A participação social é tida como uma das premissas que garantem a efetiva existência de políticas culturais, ou se quisermos dizer de uma outra forma, das políticas públicas de cultura. A maior parte das experiências levadas à cabo pelo Ministério da Cultura durante o governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma, tinham o princípio da participação como fio condutor. A proposta do presente artigo é a de recuperar e analisar parte dessas experiências, visando a contribuir com para a manutenção de um processo de construção de políticas participativas, mesmo em um momento no qual o governo federal vem impondo uma série de perdas de direitos fundamentais à sociedade brasileira.

Palavras-chave: Políticas culturais; participação social; Ministério da Cultura

Algumas questões preliminares

A problemática do papel fundamental da participação social na elaboração de políticas culturais foi acionada algumas vezes ao longo do último quartel do século XX. Devemos considerar que, desde a década de 1980, em especial com a promulgação da Constituição de 1988, em diferentes níveis de governo, vêm sendo colocados em prática alguns mecanismos de participação social, ou seja, há a busca de construção de políticas públicas setoriais de viés participativo e, em sua maioria, democrático. Estas foram materializadas, por exemplo, na convocação de conferências de políticas setoriais (nacionais, estaduais e municipais) ou na utilização do mecanismo de orçamento participativo – ainda que alguns desses processos tenham sido significativamente ampliados a partir de 2003.

Esse novo modelo de gestão pública, que veio sendo gradativamente implementado e potencializado, considera que a problemática de desenvolvimento extrapola o campo do econômico, agregando elementos diversos, para tratar da

¹ Este artigo foi escrito em maio de 2017, momento de ampliação da crise do governo do Presidente Temer, considerado ilegítimo por diversos grupos políticos, intelectuais e sociais.

² Doutora em história pela UFF, pesquisadora adjunta e chefe do setor de Estudos de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, professora do PPGMA-FCRB

problemática da qualidade de vida e da ampliação das capacidades humanas. Mais recentemente, começaram a ser enfrentados de maneira mais efetiva, no campo da cultura, alguns dos problemas que já haviam sido identificados pela filósofa Marilena Chauí - durante sua permanência à frente da Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo, em finais da década de 1980 e início dos anos 90, no governo de Luiza Erundina do PT -, com a qual estabelecemos um rápido diálogo.

Ao reconstituir a conjuntura vivenciada naquele momento, em um artigo escrito posteriormente, Chauí aponta três importantes eixos que necessitavam ser trabalhados pela nova administração: em primeiro lugar a mudança na mentalidade dos servidores públicos; em segundo a definição de prioridades voltadas para as carências e demandas das classes populares; e, em terceiro, a invenção de uma nova cultura política. (Chauí. 1995. p. 71)

A questão central do eixo da invenção de uma nova cultura política, para a filósofa, estava no estímulo para a formação de diferentes formas de auto-organização dos grupos sociais, em especial das classes populares, com o objetivo de incitar a criação do sentimento e da prática da cidadania no campo da cultura (o que dialoga diretamente com o segundo eixo por ela estabelecido). Para a filósofa, em uma sociedade extremamente desigual como a nossa, o acesso real ao conjunto dos direitos e mesmo ao sentimento, a crença, de poder acessá-lo precisa ser construída. A base do projeto da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, dentro do contexto maior da prefeitura, era a da elaboração da política cultural como cidadania cultural. Nesse projeto a cultura é pensada como um direito básico dos cidadãos. Segundo Chauí, desde o início, o projeto tinha a intenção de evidenciar que com uma nova política cultural também se visava transformar a cultura política da sociedade. Tomavam-se como direitos culturais: o direito de acesso e de fruição dos bens culturais, o direito à criação cultural, o direito a reconhecer-se como sujeito cultural (graças à ampliação do sentido da cultura), e o direito à participação nas decisões políticas sobre cultura. (Idem p. 82 e 83)|

Na avaliação de Marilena Chauí, uma cultura política arraigada e patrimonialista, dificultou e, em alguns momentos impediu, que novos modelos de políticas públicas fossem colocados em prática. Mais de uma década depois, essas questões voltaram à pauta das políticas públicas, agora no nível federal. Nos anos 2000, com a retomada do olhar sobre a cultura como uma das áreas das políticas públicas e

com a ampliação do conceito sobre os limites da própria área (que extrapola o campo do fazer artístico) veio sendo consolidado um novo cenário. Seguindo a lógica de análise da filósofa, este cenário requer tanto a renovação do perfil dos administradores públicos quanto a alteração da cultura política e da mentalidade dos servidores públicos. Podemos mesmo ir mais longe e afirmar que para a construção de um projeto de uma sociedade mais participativa e democrática temos que ter a alteração da cultura política de uma parte significativa da sociedade brasileira.

Analisando a questão da participação social e da cidadania, Evelina Dagnino alerta para a existência de uma “confluência perversa entre dois processos distintos”. Para a estudiosa, o marco da Constituição de 1988, gerou um processo de “alargamento da democracia”, com base na criação de espaços públicos e na ampliação da participação social. Ainda, segundo Dagnino, dois projetos distintos concorrem pela atração dessa participação. De um lado um projeto de estruturação da ação do estado com a co-participação da sociedade, na direção da ampliação dos direitos, da cidadania e da democracia e de outro um projeto de estado mínimo, neoliberal, de diminuição das responsabilidades do Estado, que igualmente requer uma “sociedade civil ativa e propositiva”, através de conselhos, parcerias, etc. (Dagnino. 2004. Pp. 95-97)

Ao longo da gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo manteve uma política de enxugamento da máquina pública ladeado por um processo de multiplicação da convocação de conferências nacionais setoriais, somado ao movimento de criação de conselhos gestores. Assim, como analisa Dagnino

...a coincidência na exigência de uma sociedade civil ativa e propositiva, que estes dois projetos antagônicos apresentam, é, de fato, emblemática de uma série de outras “coincidências” no nível do discurso, referências comuns que, examinadas com cuidado, escondem distinções e divergências fundamentais. Assim, o que essa “confluência perversa” determina é um obscurecimento dessas distinções e divergências, por meio de um vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam uma similaridade significativa. (Idem. P.99)

Os primeiros anos da gestão Lula

O projeto de proporcionar um novo lugar para a cultura dentro da área das políticas públicas já estava presente no documento “Imaginação a serviço do Brasil”, integrante do programa de governo da campanha do Presidente Lula em 2002, que tinha

como subtítulo: Programa de políticas públicas de cultura. As propostas tinham um diálogo estreito com documentos e estudos internacionais que colocam a cultura no patamar dos direitos básicos.

Coube ao cantor e compositor Gilberto Gil a tarefa de dar materialidade às propostas. No discurso de posse, o Ministro afirma que seu principal desafio era o de “tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia a dia dos brasileiros” fazendo com que ele passe estar (...) “presente em todos os cantos recantos de nosso país” (Gil, In: Almeida, 2013. P. 239)

Ainda no final de 2002 é elaborada uma proposta de reestruturação do Ministério da Cultura, dotando o mesmo de uma estrutura organizacional para enfrentar o desafio da construção de políticas e de inserção nacional. A velha estrutura estava, prioritariamente, montada para as atividades e finalidades da lei de incentivo. Foram criadas as secretarias de: Articulação Institucional, Políticas Culturais, Programas e Projetos Culturais (que continuou mudando de nome algumas vezes na mesma gestão), Identidade e Diversidade Cultural, Fomento e Incentivo Culturais (cuidando mais especificamente da Lei de Incentivo). A única secretaria voltada para uma área cultural específica que foi mantida foi a de Audiovisual. A reformulação ministerial foi aprovada em 12 de agosto de 2003, através do Decreto nº 4.805 e efetivamente implementada a partir do ano seguinte. A ideia era que as atividades finalísticas, tais como o patrimônio, as artes, o livro, fossem tratadas pelas instituições vinculadas ao Minc (Iphan, Funarte, Biblioteca Nacional) com atuação nas respectivas áreas.

Um ponto em pauta destacado logo do início da gestão do Ministro Gil era o da reformulação da lei de incentivo, que deveria ser substituída por uma mais adequada à nova realidade nacional. Para discutir e buscar subsídios para a reformulação da Lei Rouanet foi realizado o seminário “Cultura para todos”, que percorreu parte do país, sendo realizado nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Pará. Esse é um marco no processo de abertura de diálogo entre o Ministério da Cultura e os mais variados segmentos da sociedade envolvidos com o campo da cultura.

Integrava as atividades do Seminário encontros setorizados com secretários de cultura estaduais e municipais; com investidores privados e fundações, investidores estatais; e, pessoas físicas (artistas e produtores em especial). A ideia era a de permitir

que as várias visões pudessem ser expressas. Os participantes tinham como tarefa responder a duas questões: 1- Quais são os principais entraves para o acesso ao financiamento público federal da cultura (Lei Rouanet e Lei do Audiovisual); e, 2 – Quais os mecanismos que devem ser adotados para garantir a transparência e a descentralização do financiamento público da cultura?

Os seminários tiveram lugar em 2003 e a primeira e grande contribuição dos mesmos foi a de abrir canais de diálogos entre o Minc e os mais variados atores sociais que atuam no campo da cultura. Essa primeira série de encontros permitiu ao Ministério ir até algumas localidades onde não havia histórico de atuação. Criando uma rede de novos interlocutores, como base para um sistema de escuta pública sob o qual deveria estar assentado o caminho de construção de novas políticas culturais.

As secretarias de Políticas Culturais (SPC) e a de Articulação Institucional (SAI), responsáveis pelo Plano Nacional de Cultura, pelas conferências nacionais de cultura e pelo Sistema Nacional de Cultura, tiveram um papel fundamental, em especial nos primeiros anos da gestão Gil, na construção de uma prática participativa que nunca havia existido no campo da cultura. Diferente de outras áreas de políticas públicas, a cultura não tinha realizado conferências, seminários nacionais ou outras formas de convocatórias para processos de participação social. Foram elaborados projetos de emenda constitucional visando fornecer ao Ministério uma maior institucionalidade.

Ao longo do ano de 2005, o Ministério da Cultura organizou as diversas etapas preparatórias da 1ª Conferência Nacional de Cultura que teve lugar em dezembro. Formalmente ela também foi uma das etapas do processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura.³ Esta foi a primeira vez que o governo reuniu aos mais variados setores da sociedade para realizar uma ampla discussão sobre políticas culturais, começando nos municípios, passando pelos estados e chegando ao nível federal. A Conferência é um mecanismo participativo, de consulta pública e, nesse caso, tinha como principal atribuição recolher sugestões para a elaboração das diretrizes básicas para a construção do plano nacional na área da cultura.

O momento preparatório da Conferência teve por base dois tipos específicos de ação: a realização dos seminários setoriais “*Construindo o Plano Nacional de Cultura*” (organizado diretamente pelo Minc) e as conferências municipais, estaduais e

³ O Plano Nacional de Cultura foi instituído através da Emenda Constitucional nº 48 de 1º de agosto de 2005.

intermunicipais. Com o objetivo de subsidiar as discussões e a elaboração de propostas de diretrizes para o Plano Nacional de Cultura, foram indicados cinco eixos de discussão: 1 – Gestão Pública e Cultura; 2 – Cultura é Direito e Cidadania, 3 – Economia da Cultura, 4 – Patrimônio Cultural e 5 – Comunicação é Cultura. Os seminários setoriais, foram organizados pelo Minc com parceria da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Vereadores, apoio do chamado Sistema S e das administrações municipais das cinco cidades, que foram escolhidas para sediá-los.⁴ A organização das conferências municipais e estaduais é uma atribuição dos governos locais, o que resultou em um processo de mobilização territorial interessante. Foram realizadas 19 conferências estaduais e 1.197 conferências municipais. O Ministério estimou que o processo de realização da I Conferência Nacional de Cultura envolveu cerca de 53.000 pessoas em todo o país.⁵

O Plano Nacional de Cultura (PNC), segundo o previsto na Emenda Constitucional que o instituiu, deve conduzir à: I – Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II – produção, promoção e difusão de bens culturais; III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV – democratização do acesso aos bens da cultura; e V – valorização da diversidade étnica e regional. Todo o processo de construção do PNC e de sua aprovação pelo Congresso gerou várias rodadas de consulta pública, estimulando a participação social. Em dezembro de 2010, o PNC foi aprovado, sendo composto de cinco capítulos, nos quais se distribuem 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações, com vigência decenal. A execução do PNC é acompanhada a partir de 53 metas estabelecidas com base no conjunto das diretrizes, estratégias e ações previstas no documento.

Nesse contexto tivemos ainda o início dos esforços para a construção legal do Sistema Nacional de Cultura (do qual a Conferência Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura são elementos constitutivos), com o objetivo de criar um arcabouço institucional mínimo, uma estrutura que contribuam na formação de uma sociedade mais justa, menos desigual. A ideia do sistema (seguindo o desenho de outros sistemas setoriais já existentes) é o de fornecer uma maior institucionalidade para a área de

⁴ Os parceiros do Minc na realização dos seminários setoriais foram: o Sistema CNI/SENAI/SESI, o Sistema CNC/SESC/SENAC, a OEI e UNESCO, as prefeituras e alguns dos governos estaduais onde os mesmos foram realizados. As cidades que sediaram os seminários foram Londrina, Juiz de Fora, Petrolina e Juazeiro, Manaus e Cuiabá.

⁵ Para mais informações ver: Minc. 2007.

política pública, com a exigência da existência de um órgão gestor de cultura, por exemplo, e, ao mesmo tempo, facilitar o diálogo e ações compartilhadas entre os diferentes níveis de governo, através de repasses entre fundos de cultura. Há ainda o estímulo a uma prática de gestão pública mais democrática e participativa - na medida em que estabelece a realização de conferências e a criação de um conselho de política cultural paritário e deliberativo, como elementos estruturantes e indispensáveis do Sistema.⁶

Ainda dentro da análise desses primeiros anos da gestão Gil, devemos apontar as inovações realizadas por duas outras secretarias, que definiram como seu público alvo segmentos da população que, na sua maioria, não haviam sido objeto de ações, programas e políticas culturais nas gestões anteriores. A primeira delas foi a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID), que colocou em prática uma série de ações variadas para as culturas populares, ciganas, indígenas, idosos, LGBT e saúde, enfim, a partir de mecanismos diferenciados de fomento, apoiou projetos variados. É também importante salientar que a SID e a Secretaria de Políticas Culturais cumpriram um papel fundamental, junto com o Ministério das Relações Exteriores, no processo de construção da Convenção da Diversidade Cultural da Unesco. O Brasil teve uma atuação destacada durante todo o processo de construção e aprovação do documento internacional. Trabalho que foi desdobrado internamente tendo como principal estratégia a realização de seminários por todo o país divulgando os princípios da Convenção e incentivando os debates sobre diversidade cultural.

Um programa que adquiriu uma dimensão destacada logo nos primeiros tempos de governo foi o Programa Cultura Viva, criado em 2004, por meio da Portaria Ministerial nº 156, sob a responsabilidade da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) - posteriormente transformada em Secretaria da Cidadania Cultural (SCC). O Programa tem como principais objetivos: ampliar e garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades, entre outros. A base do Programa são os Pontos de Cultura, mas há outras ações que o compõe. Em 2007, quando o IPEA realizou a primeira pesquisa sobre o Cultura Viva, havia 526 pontos de cultura conveniado em todas as regiões o país (em 2010 esse número já ultrapassava os 2.500 unidades) Os Pontos de Cultura, estão hoje presentes em todos os estados do país e, em

⁶ A lei do Sistema Nacional de Cultura somente foi aprovada em 2012.

sua maioria através dos convênios entre o governo federal e os governos estaduais.

Segundo Frederico Barbosa:

No Brasil existem movimentos sociais e culturais expressivos. Há espaços alternativos, mercados culturais localizados e dinamismos que em nada se assemelham aos das grandes indústrias culturais, Essa dinâmica cultural passou a ser reconhecida nas políticas culturais brasileiras de forma significativa nos últimos anos e o Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva teve importante papel no reconhecimento do Brasil profundo. (IPEA. 2011. P.17)

Esse é um dos programas de maior sucesso do Ministério. A influência do Cultura Viva extrapolou as fronteiras nacionais. Alguns países vizinhos, como a Argentina, adotaram o modelo do Programa.

Esse conjunto de projetos, ações, programas e políticas que foram apresentados, tiveram sua criação na primeira gestão Lula e não representa um levantamento completo do que foi implementado, mas uma pequena amostra privilegiando os processos de ampliação da participação social. O processo que vai da elaboração ao de efetiva implementação dos mesmos é longo, muitas das inovações propostas só obtiveram efetividade no segundo mandato do Presidente Lula e outros ultrapassaram esse período. Como é o caso de substituição da Lei Rouanet, através do projeto de criação do Procultura, que depois ter começado a ser elaborado em meados de 2000 e de tramitar por mais de meia década no Congresso, corre o perigo de não ser aprovado na sua fase final em 2016.

Lançando um olhar mais abrangente sobre o contexto em questão podemos, ainda, destacar algumas questões mais conceituais (ou de princípios) que impactaram no processo efetivo de implementação política. A primeira delas está assentada no fato de que os programas e ações foram criados tendo na base teórica um conceito de cultura ampliado, que busca compreender e ativar elementos da chamada trimensionalidade da cultura⁷, que são as dimensões simbólica, cidadã e econômica, definidas pelo Minc, como:

A dimensão simbólica é aquela do “cultivo” (na raiz da palavra cultura) das infinitas possibilidades de criação expressas nas práticas sociais, nos modos de vida e nas visões do mundo. (...) A dimensão cidadã consiste no reconhecimento do acesso à cultura como um direito, bem como da sua importância para a qualidade de vida e a autoestima de cada um. (...)

⁷ Termo que se tornou corrente na gestão dos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira.

Na dimensão econômica, inscreve-se o potencial da cultura como vetor de desenvolvimento. Trata-se de dar asas a uma importante fonte geradora de trabalho e renda, que tem muito a contribuir para o crescimento da economia brasileira. (MINC. 2010. P. 8)

As iniciativas foram construídas ao longo dos oito anos em diálogo com a proposta de tridimensionalidade. Ainda que possamos afirmar que os objetivos propostos nas dimensões não tenham sido completamente alcançados em muitos dos programas, estas estiveram todo o tempo presentes no campo discursivo. O Ministério fez uso do “capital simbólico” (no sentido atribuído por Bourdieu) da ideia de tridimensionalidade realizando ações que resultaram em efetivos avanços no campo da estruturação de políticas culturais em bases mais democráticas, participativas, abrangentes e cidadãs. Entram para a pauta de discussão de uma maneira mais efetiva as problemáticas dos direitos culturais, da cidadania cultural e da economia da cultura.

Uma segunda concepção teórica abordada de forma inovadora, ou diferenciada, foi a da diversidade cultural. Como afirma Hamilton Faria “vivemos um momento de expressão da diversidade, vozes antes ausentes do mundo público passam a se manifestar e desejam um lugar ao sol no sistema decisório”. (Faria. 2010. p. 280) Uma das pautas do conjunto das discussões de políticas públicas de cultura, nos dois mandatos, foi a da criação de instrumentos que garantam os direitos culturais, a promoção e a proteção da diversidade cultural. Entre os compromissos assumidos pelos países signatários da Convenção da Diversidade, e o Brasil é um deles, estão os de “proteger e promover a diversidade das expressões culturais”; “criar condições para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo”; “encorajar o diálogo entre culturas”. Tais compromissos colocam na ordem do dia uma questão fundamental: a do conhecimento das práticas culturais do país por parte dos gestores públicos (que não se restringe aos resultados obtidos com a coleta de dados estatísticos, por exemplo). Em verdade: “como considerar realizada a inclusão social se os valores, comportamentos, modos de vida, imaginários, raízes, práticas e heranças culturais, manifestações, fabulações e celebrações da maioria da população são desconhecidos das gestões?” (Moreira e Faria, 2005, p.12), questionam os pesquisadores Altair Moreira e Hamilton Faria ao tratarem das questões dos governos municipais, que teoricamente deveriam ser os detentores de um conhecimento mais aprofundado da realidade sob sua responsabilidade administrativa.

O Minc, a participação social e o governo Dilma⁸

Ao longo dos primeiros quatro anos de gestão da Presidenta Dilma houve a perda da centralidade do processo participativo, assim como foram retomadas (ou reaplicadas) algumas das premissas da lógica gerencial. Tais procedimentos ficam muito evidentes na gestão das ministras Ana de Hollanda e Marta Suplicy.

A primeira gestão Minc (2011-2012), no governo Dilma, em especial, se configurou discursivamente em oposição a grande parte das ações implementadas nos oito anos anteriores. Chegando mesmo a gerar algumas áreas de conflito acentuadas, tais como a da problemática do direito autoral e a da forma de condução do Programa Cultura Viva. E aqui uma observação se faz necessária. Pois no caso específico desse último a crise de gestão e de relacionamento com o poder público federal e os atores envolvidos no processo e representados pela Comissão Nacional de Pontos de Cultura, se intensificou, ao mesmo tempo em que o programa foi aumentando sua escala nacional. Foram firmadas e implementadas parcerias com inúmeros estados, dentro da lógica de descentralização de recursos e de fortalecimento da relação federativa, como uma experiência piloto do Sistema Nacional de Cultura. Além do fato de que nesse momento o programa ganhava visibilidade internacional, fortalecendo redes de atores da sociedade civil com diversos países da América Latina. Tal processo complexo é um interessante indicador de algumas lógicas “perversas” as quais ficam submetidas as políticas públicas.

Um outro aspecto importante nesse universo das práxis do mundo político pode ser observado quando tomamos como referência o capital simbólico portado pelos atores políticos. Uma rápida análise comparada entre as gestões do Ministério da Cultura nas gestões Lula e Dilma, vemos que a primeira questão com a qual nos deparamos é o imenso capital simbólico próprio do Ministro Gilberto Gil. Nos remetemos aqui as discussões de Pierre Bourdieu, sobre a autonomização da produção intelectual e artística, que resulta na constituição de uma categoria socialmente distinta de artistas, cujos vínculos se dão muito mais com a tradição artística que representam, liberando suas obras das diversas dependências de outras naturezas, como as da política.

⁸ Tais questões foram desenvolvidas no artigo “Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014”.

(Bourdieu, 1992, p. 101) Para o sociólogo o capital simbólico - um outro nome da distinção – é o atributo de dota o sujeito que o porta de um conhecimento e reconhecimento óbvio na própria estrutura do espaço social. (Bourdieu, 1989. p. 145)

Ao ser nomeado Ministro da Cultura, o cantor e compositor Gilberto Gil transferiu parte do capital simbólico do qual é portador para o Minc. Ainda que tal fato não tenha ocorrido sem uma certa desconfiança, por parte de diversos atores sociais, quanto a efetividade do capital dessa natureza no campo do político. No caso específico de Gilberto Gil, ocorreu o fenômeno efetivo da popularidade, ao fato de pertencer ao mundo dos artistas midiáticos, gerando o desejo, de uma grande maioria, de ver o ídolo. Tal popularidade imprimiu, muitas vezes, um tom diferenciado as atividades da agenda ministerial. Era comum que a presença do Ministro fosse reivindicada em praticamente todas as atividades realizadas pelo Minc. Aqui é importante uma ressalva, tal afirmativa não tem por base uma visada romântica ou ingênua de que o Ministro-artista, também não usufruiu do capital simbólico que o posto de Ministro de Estado pode lhe agregar. Ou ainda sobre a ampliação ilimitada da capacidade política com base no pressuposto da autonomia do capital simbólico, Bourdieu, nos alerta para o fato de que:

A autonomia, real, do campo da produção simbólica não impede que ele permaneça dominado, no seu funcionamento, pelos constrangimentos que dominam o campo social, mas também porque as relações de força objetivas tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólicas, nas visões de mundo social que contribuem para garantir a permanência dessas relações de força. (Bourdieu.1989, p. 145)

Ainda nesse campo do capital simbólico e político, já especificamente na gestão da Dilma Rousseff, tivemos a Ministra Marta Suplicy que faz parte de um grupo que, no dizer do sociólogo, detém a concentração dos meios de produção políticos, ou seja, mantém distinção realizada pelo *habitus* político. Considerando aqui o *habitus* como “um sistema de disposições adquirida na relação com um determinado campo”, como algo que “torna-se eficiente, operante, quando encontra as condições de sua eficácia, isto é, condições idênticas ou análogas àquelas de que ele é produto.” (Bourdieu. 1990. p.130)

A Ministra reproduz no interior do Minc as práticas tradicionais do político. Ou seja, agrega seu capital político ao Minc, mas com foco na capacidade de reverter, rapidamente, em mais capital político individual, os resultados das ações que consegue

concluir. Percebe-se uma constante busca de um tom particular, que a vincule de maneira mais estreita à ação, colocando em segundo plano os processos de continuidade de longo prazo que podem estar sendo ali concluídos.

Retornando aos anos de 2011 e 2012 - gestão da Ministra Ana de Hollanda – verificamos que as reuniões do Conselho Nacional de Políticas Culturais, empossado em 2010, ocorreram regularmente. Essa seria a instância máxima de participação da sociedade civil através dos colegiados setoriais e de seus representantes no Conselho. Porém, ao consultarmos as atas das reuniões ordinárias verificamos a ausência da Ministra em todas as quatro sessões ocorridas, sendo que, em somente uma delas, o Secretário Executivo esteve presente. Mesmo a reunião de setembro de 2011, que contou com a presença do Ministro da Educação Fernando Haddad, foi presidida pelo Secretário Geral do CNPC, João Roberto Peixe, que era o Secretário de Articulação Institucional. O que vemos aqui é a manutenção do processo participativo esvaziado do seu poder simbólico, pois caberia ao Ministro da Cultura presidir as reuniões do CNPC.

9

Durante a gestão da Ministra Marta Suplicy também podemos observar um processo de melhora de diálogo, em algumas áreas, com a sociedade civil, sem que isso tivesse repercussão nos projetos prioritários da pasta. Foram mantidas as atividades do CNPC e convocada a 3ª Conferência Nacional de Cultura. As conferências têm um papel fundamental nos territórios, pois são os momentos nos quais os mais variados atores sociais são convocados a participar das discussões sobre ações setoriais específicas, que se desdobram nos estados e termina com a indicação de delegados que os representarão em Brasília.

Pode-se observar, através dos delegados oriundos dos estados, uma forte renovação na representação. Isso significa dizer que quase uma década depois da 1ª CNC o grau de participação nos municípios e estados foi ampliado. O crescimento e a estruturação dos processos participativos é lento, está assentado em novas práticas de participação política e requer algum grau de confiabilidade no processo por parte da sociedade civil.

⁹ Tendo em vista não ter realizado um estudo aprofundado, não posso afirmar que houve também uma diminuição do campo de atuação do CNPC, mas os indícios levam a crer que há uma grande possibilidade que tal fato tenha ocorrido.

Na segunda gestão da Presidente Dilma (2015-2016)¹⁰, o Ministro Juca Ferreira retornou ao Minc retomando os processos de escuta e discussão nacionais. O mecanismo mais utilizado foi o da realização de seminários diversos buscando ampliar as bases políticas para os projetos que viriam a ser implementados. Houve o processo eleitoral de renovação do Conselho Nacional de Políticas Culturais, onde novamente pode ser verificada a renovação de atores sociais nas candidaturas para os diversos colegiados.

Muitos dos processos de diálogo foram ou estavam sendo retomados e ficaram em suspenso entre os meses de maio e agosto, período no qual se desenrolou o processo de impedimento e retirada do poder da Presidente Dilma.¹¹ O Ministério da Cultura foi alvo dos primeiros atos do governo provisório, tendo sendo extinto e anexado ao Ministério da Educação, e frente aos protestos dos diversos setores terminou por ser recriado menos de uma semana depois.

Apesar de historicamente ser um Ministério com poucos recursos o Minc se tornou objeto de manifestações e ocupações de uma tal intensidade que terminaram por obrigar ao então governo interino a voltar atrás na decisão de sua extinção. Podemos ter como hipótese, que a base da resistência foram os movimentos artísticos e culturais que ganharam novos papéis de protagonismo na elaboração das políticas culturais a partir de 2003.

Para concluir

Voltando ainda ao período da gestão Gil, gostaria de destacar que os projetos e programas ali desenvolvidos trouxeram avanços no processo de transformação da cultura política no campo da gestão pública da cultura. Houve o desenvolvimento de um sentimento sobre a importância da cidadania cultural e participativa. Tais práticas e sentimentos foram alimentados por diversas ações e programas na gestão Gilberto Gil e Juca Ferreira, mas foram sendo secundarizados em detrimento do retorno a formas de operação filiadas a uma outra cultura política.

¹⁰ O governo foi interrompido pelo processo de impeachment da Presidente Dilma. O Ministro Juca Ferreira e praticamente toda sua equipe se exoneraram em maio 2016, logo após o anúncio do início do processo.

¹¹ Os arranjos institucionais de enfraquecimento da democracia no país que resultaram em um verdadeiro golpe contra um governo democraticamente eleito, não são objeto do presente artigo, mas ficam aqui sumariamente registrados.

Os projetos de institucionalização da cultura nos três níveis de governo foram sendo abraçados por alguns governos estaduais e municipais gerando resultados interessantes nos territórios e retornando em forma de novas demandas e representações para o governo federal.

Nessa quase uma década e meia o Ministério da Cultura passou a ocupar, simbolicamente um papel de destaque. As ações implementadas, apesar do baixo orçamento do Minc, deram voz a uma série de grupos e segmentos excluídos dos fóruns de decisão das políticas pública. Pode-se falar em protagonismos e parcerias menos verticalizadas.

Certamente tais projetos e encontram em risco e para sua sobrevivência dependem do grau de amadurecimento da participação social no campo da cultura.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Armando, et all.(org.) **Cultura pela palavra**: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003-2010/ Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural**: temas, problemas y oportunidades. México: CONACULTA/Fondo regional para la cultura y las artes de la zona centro. Colección Intersecciones, 2006

CALABRE, Lia. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In: Rubim, Antônio Albino Canelas et al (org) **Políticas Cultural no governo Dilma**. Salvador: Edufba, 2015.

_____. Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil. Análises e tendências. In: **Pragmatizes**. Revista Latino-americana de estudos em cultura. N. 7 – 2014

_____. **Políticas culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Ed; FGV, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: O direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. In: **Estudos Avançados** 9 (23) 1995

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Fapesp/Iluminuras, 1997

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110.

GARCIA-CANCLINI, Nestor. **Políticas Culturales en América Latina**. México. Editorial Grijalbo, 1987

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. A política cultural e as cidades. IN: MINC. **1ª. Conferência Nacional de Cultura 2005/2006**. Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Minc, 2007.

MINC. **Cultura em três dimensões**. Material informativo: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010. Brasília: Minc, 2010.

MINC. **1ª. Conferência Nacional de Cultura 2005/2006**. Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Minc, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.) **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador, Edufba, 2010.

RUBIM, Antônio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre. (org.) **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.